

LULA: O POSNEOLIBERALISMO CHEGOU? CUBA, CHILE, NICARÁGUA – BRASIL?

Emir Sader

Coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Cuba, 1959 – Chile, 1970 – Nicarágua, 1979. As datas logo vêm à mente - principalmente do exterior -, quando se procura dar conta da vitória de Lula e de sua ascensão, como líder de origem operária, à cabeça de um Partido dos Trabalhadores, mas nenhuma delas dá conta do significado da eleição de Lula à presidência do Brasil, em 2002. Nem tanto pelas particularidades do Brasil – enormes distâncias separavam Cuba do Chile. Nem pelas vias de triunfo da esquerda – entre Cuba e Nicarágua, por um lado, com a via insurrecional e o Chile, pela via eleitoral, as distâncias não eram menores.

As diferenças principais vêm dos períodos históricos diferenciados em que elas se dão e das situações muito diferentes que vive a América Latina. A revolução cubana se dava em plena “guerra fria”, em seu período áureo ainda, como uma ruptura brusca com as zonas de influências rigorosamente delimitadas, num marco ainda estritamente respeitado, que tinha permitido que os EUA tivessem intervindo na Guatemala, cinco anos antes, em 1954, sem qualquer esboço de reação internacional. O triunfo cubano se dava igualmente, apesar disso, num marco de expansão do chamado “campo socialista”: havia menos de uma década e meia a URSS saíra fortalecida politicamente da Segunda Grande Guerra, alçava-se a potência atômica, os países do leste europeu se incorporavam a esse campo e apenas dez anos antes da entrada de Fidel Castro e seus companheiros em Havana, triunfara a revolução na China. O clima de “desestalinização” aparecia como uma “renovação democrática” da URSS, como contraponto - e eventual antídoto - das intervenções militares na Hungria, na Polônia e na Alemanha Oriental.

Na própria América Latina, apesar da “surpresa” da irrupção revolucionária no Caribe, o clima de efervescência era crescente, desde a revolução boliviana de 1952, os governos progressistas da Guatemala, iniciados em 1944 e interrompidos pelo golpe pró-EUA de 1954, as agitações contra as ditaduras de Trujillo, na República Dominicana, e na Nicarágua, de Somoza. Na América do Sul, as quedas de Vargas e de Perón tinham fechado um ciclo nacionalista, porém as mobilizações sociais se ampliavam, especialmente no caso brasileiro, que desembocará no golpe de 1964. A própria luta armada se desenvolvia antes do triunfo cubano na Colômbia e na Nicarágua.

O período histórico da bi-polaridade EUA/URSS era, ao mesmo tempo, o da polarização capitalismo-imperialismo/socialismo para os partidos, movimentos e frentes que lutavam em torno da questão nacional ou diretamente anti-capitalista. A revolução soviética havia aberto o horizonte do socialismo e da revolução como atualidades históricas. A própria revolução cubana, nascida de um movimento antiditatorial, que rapidamente assumiu uma postura antiimperialista, se desdobrou em pouco tempo num regime anticapitalista, como resultado das opções históricas da época.

O mesmo se pode dizer do período em que se deu a vitória de Allende no Chile (1973), porém num marco diferenciado para a América Latina, envolta em regimes de terror, depois da derrota da esquerda. Derrota da esquerda tradicional, particularmente no caso do governo Goulart no Brasil, apoiado pelo Partido Comunista, e derrota da via insurrecional, com a morte do Che, na Bolívia, em 1967, e os reveses na Venezuela, no Peru, na Guatemala. O governo de Allende se viu cercado pela agressiva atuação da ditadura militar brasileira em pleno apogeu, assim como pelas articulações golpistas que inspirava e alimentava nos outros países da região – Argentina, Uruguai, o próprio Chile -, como se revelaria um pouco mais tarde de forma clara.

Ainda assim o governo de Allende poderia – teoricamente – contar com a URSS e os países do leste europeu, apoio que acabou nunca se materializando. A China, como sub-produto da “diplomacia do pingue-pongue” a que havia aderido a partir de 1971, não apenas não apoiou, como até mesmo se opôs ao governo de Allende, como mais uma experiência “pró-soviética”. Cuba apoiou abertamente o governo chileno, que pôde contar também com as simpatias do governo nacionalista militar de Velasco Alvarado e do governo mexicano de Luis Echeverria.

Como produto da época e da coalizão que o apoiava – partidos comunista e socialista -, o governo de Allende se propunha uma ruptura com o capitalismo, a partir da expropriação dos 150 principais monopólios existentes na economia, o que configuraria uma forma de socialização ou de estatização dos grandes meios de produção.

A vitória sandinista se dá ainda nesse período histórico, porém inserida na dinâmica de vitórias internacionais dos anos 70, que se haviam deslocado da América Latina para a Ásia e a África, com o triunfo vietnamita e no conjunto da Indochina, com a independência das ex-colônias portuguesas na África, com a vitória da revolução iraniana e, até mesmo no Caribe, com o surgimento de um regime esquerdista em Granada. As guerrilhas haviam ressurgido na Guatemala e se desenvolvido em El Salvador, revelando um quadro diferenciado da América Central em relação ao refluxo na América do Sul. A entrada vitoriosa dos sandinistas em Manágua se tornou possível também porque as derrotas norte-americanas no plano externo – Indochina – e interno – movimentos pelos direitos civis, de recusa à participação na guerra, a crise de Watergate – produziram um

hiato, pelo refluxo momentâneo das políticas intervencionistas norte-americanas, de ressaca, durante a presidência de Jimmy Carter.

Desde então mudanças radicais se deram no mundo, de forma a alterar não apenas a correlação de forças dentro do período histórico, mas o próprio período que passamos a viver, com reflexos diretos na América Latina. Sem entrar na extensão e na profundidade das mudanças nas duas últimas décadas, basta citar que, com a desapareção do então chamado “campo socialista”, desapareceu do horizonte histórico o socialismo e a revolução anti-capitalista como atualidades históricas – no sentido em que Lukács havia pensado a “atualidade histórica” do socialismo a partir de 1917, em seu livro sobre Lenin.

Bastaria isso para inserir os triunfos da esquerda em um marco diferenciado daquele em que, por exemplo, se inseria a vitória chilena – que se propunha fazer parte do movimento histórico em desenvolvimento de construção mundial do socialismo – ou do triunfo sandinista – que pretendia ser parte componente do Movimento dos Países Não-Alinhados e do então chamado “Terceiro Mundo”. Porque o fim do “campo socialista” fez parte do novo período histórico, dominado pela hegemonia unipolar dos EUA e pelas políticas neoliberais, com todas as transformações que elas introduziram na economia, nas relações sociais, na política e na ideologia contemporâneas.

Entre as mudanças mais significativas do novo período histórico, estiveram a quase desapareção dos partidos comunistas, a reconversão neoliberal da social democracia e de muitos nacionalismos da periferia capitalista, entre eles notadamente o peronismo na Argentina e o PRI no México, o debilitamento dos movimentos sindicais. Conforme o capitalismo assumia o neoliberalismo como seu projeto hegemônico, a esquerda passou a definir seu campo pela luta anti-neoliberal. Os movimentos sociais surgidos nesse período – como o movimento zapatista, o MST, o próprio Fórum Social Mundial, assim como as novas mobilizações de massa, iniciadas em Seattle – definiram como seu objetivo a luta contra o neoliberalismo.

Do antiimperialismo e do anticapitalismo ao antineoliberalismo

É nesse horizonte que se dá a vitória de Lula no Brasil, em 2002. Num país como o Brasil, com todas suas particularidades. Um país caracterizado, ao longo do século XX, pelo atraso relativo de sua estrutura social e da sua esquerda, em relação a países comparáveis no continente, como a Argentina e o México. Sua economia permanece predominantemente agrícola e sua estrutura social majoritariamente rural até entrada a segunda metade do século XX. Não dispõe de nada comparável à urbanização e aos níveis de escolaridade da Argentina, nem de um movimento popular como aquele que havia protagonizado a revolução mexicana e realizado a reforma agrária.

A modernização brasileira se dá na América Latina de maneira mais ou menos similar àquela vivida pela Prússia sob o regime bismarquiano. Desatada por Getúlio Vargas como reação à crise de 1929 e suas conseqüências no Brasil, ela teve outros dois ciclos. De forma significativa e coerente com seu caráter conservador – tal qual a bismarquiana – teve dois regimes ditatoriais – o de Vargas (1930-1945) e seu retorno como presidente eleito, mas com forte continuidade com o período anterior, e o das ditaduras militares com a ideologia da “segurança nacional”, entre 1964 e 1985. O outro foi o período presidencial posterior ao suicídio de Vargas (1954), dirigido pelo “desenvolvimentismo” de Juscelino Kubistchek.

Se o primeiro período introduziu o sindicalismo legal no país, o fez de forma totalmente vinculada ao Estado, no modelo da “Carta del Lavoro” de Mussolini, restringindo sua vigência aos trabalhadores urbanos de empresas privadas, gerando um fosso entre o destino dos trabalhadores urbanos e o dos trabalhadores rurais, deixando estes relegados ao domínio do latifúndio, que politicamente fazia parte do bloco de forças de apoio a Vargas. A industrialização assumiu assim um caráter ambíguo: ao mesmo tempo que promoveu a maior imigração e ascensão social da história brasileira, levando milhões de trabalhadores do campo para as cidades, da informalidade do trabalho rural para o contrato formal do trabalho na indústria, na construção civil ou no setor de serviços, transformou a estrutura produtiva do país em poucas décadas, unindo o Brasil a um dos grandes fenômenos históricos do século XX: a industrialização em países da periferia do capitalismo.

Ao mesmo tempo, no entanto, ao não ser acompanhado da reforma agrária, ao dirigir a produção – especialmente no ciclo das ditaduras militares – para a esfera de consumo de luxo dentro do país e para a exportação, ao restringir os direitos das massas dos trabalhadores, a expansão econômica reproduziu a pior distribuição de renda do mundo. O Brasil se transformou em cinco décadas de um país rural em um país urbano, de uma economia agrícola em uma economia industrial e de serviços. O Brasil passou a ser a maior economia da América Latina, mas ao mesmo tempo a sociedade mais injusta do continente.

O atraso econômico e social se refletiu no atraso da formação das organizações sociais e políticas da esquerda brasileira. A fundação dos partidos comunista e socialista no Brasil datam mais ou menos dos mesmos anos que em outros países do continente, sob o forte influxo da vitória bolchevique. Porém, o quadro social em que surgem é muito mais rudimentar do ponto de vista da constituição das classes e até mesmo do sentimento nacional no Brasil. O país ainda é uma economia primário exportadora do tipo clássico nos anos 20 do século passado, o pensamento social crítico ainda dá seus primeiros passos, a vida acadêmica é muito incipiente, em comparação com o México e com a Argentina.

Isto se expressa também na debilidade dos sindicatos e na ausência de formas de organização dos trabalhadores no campo, onde se concentra a grande maioria da força de trabalho do país. Para se medir o atraso relativo do processo de constituição das classes sociais, é preciso recordar que apenas em 1888 – duas décadas antes da revolução mexicana, e três décadas antes da reforma universitária de Córdoba e da revolução bolchevique – termina formalmente no país a escravidão. Quando se dá a reforma universitária na Argentina, o Brasil está fundando sua primeira universidade. O Brasil terá sua primeira central sindical apenas na década de oitenta do século passado, depois das ditaduras militares dos anos 60 e 70. A primeira eleição presidencial minimamente representativa se dará quase na metade do século XX – em 1945 –, porém a continuidade institucional demorará pouco – até 1964. Quando é retomada, em 1985, o Brasil terá um presidente civil – José Sarney – eleito de forma indireta por um Congresso biônico (1985-90) – com representantes nomeados pela ditadura militar na sua composição –, um presidente civil que será objeto de impeachment por corrupção – Fernando Collor de Mello (1990-1992) –, seu vice-presidente para cumprir o mandato – Itamar Franco (1992-94) – e um presidente – Fernando Henrique Cardoso – que, eleito, impõe sua própria reeleição, alterando a constituição, incluso com métodos comprovadamente ilícitos. Como resultado, o Brasil tem apenas um presidente civil – Juscelino Kubistchek (1955-1960), eleito pelo voto direto da população, que entrega regularmente a presidência para seu sucessor – neste caso, um opositorista, o populista de direita Jânio Quadros, que renunciará sete meses depois da sua posse (1961).

Uma vida democrática pouco contínua se combina - não por acaso – com um capitalismo que reproduz como nenhum outro no mundo a concentração de renda e de patrimônio, com uma burguesia acostumada a não correr riscos eleitorais. Quando o processo político saiu de seu controle – em 1961, com a renúncia do candidato que haviam apoiado e seu sucessor, de centro esquerda (João Goulart), assumiu – apelaram, três anos depois, para a ditadura militar, que durou mais de duas décadas. Quando, na primeira eleição direta para presidente da República no Brasil em três décadas, pressentiram a possibilidade de vitória de um candidato de esquerda – Lula -, se entregaram nos braços de um aventureiro – Fernando Collor -, que acabou sendo deposto três anos depois.

A esquerda brasileira, por sua vez, é filha direta do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro. Apóia-se no forte ciclo de desenvolvimento industrial levado a cabo pela ditadura militar, aproveitando-se que havia tomado o poder ainda durante a vigência do ciclo longo expansivo do capitalismo internacional, que ao mesmo tempo estendeu e renovou a classe trabalhadora brasileira. Foi do sindicalismo de base da indústria automobilística da periferia de sua maior metrópole – São Paulo – que nasceu o eixo original do PT e o próprio Lula como principal líder sindical que desafiou a ditadura militar.

Apóia-se também na não realização da reforma agrária no segundo país maior produtor de grãos do mundo, com uma brutal concentração da propriedade rural e níveis alarmantes de fome e de miséria. Foi apoiado na explosividade da questão agrária no Brasil – em que a questão da escravidão se desdobrou na questão agrária – que a esquerda passou a contar com o principal movimento camponês da sua história – o Movimento dos Sem Terra (MST).

Apóia-se numa intelectualidade crítica com grande capacidade criativa, que gerou um pensamento social em condições de colocar as bases para uma interpretação alternativa da história e da cultura brasileira – na qual se destacam, entre outros, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Antonio Cândido, Sérgio Buarque de Holanda. Conta ainda com técnicos e cientistas forjados na pesquisa pública, paralelamente ao desenvolvimento industrial e universitário do país.

A derrubada da ditadura foi seguida por um período político decisivo na configuração atual da história brasileira – a contraditória década de 80. Se esta foi caracterizada como uma “década perdida” em termos econômicos – quando na realidade se trata do início de décadas de baixo crescimento e de perda do impulso econômico das décadas anteriores e não apenas de uma década excepcionalmente negativa -, teve um forte movimento de construção, pela primeira vez na história brasileira, de uma esquerda independente, com grande força de massas. Fundaram-se o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Sem Terra (MST), entre outras. O forte impulso anti-neoliberal dessa década – que incluiu uma “constituição cidadã”, como a batizou seu presidente, Ulysses Guimarães, para destacar seu caráter de afirmação de direitos – desembocou na quase eleição de Lula presidente do Brasil em 1989, num renhido segundo turno contra Collor de Mello, menos de dez anos depois da fundação do PT e apenas quatro anos após o final da ditadura militar.

A força acumulada nessa década foi suficiente para inviabilizar o governo de Collor de Mello, golpeando-o no seu lado mais frágil – o do patrimonialismo tradicional das elites políticas brasileiras, neste caso representada num jovem político de origem de partidos da ditadura, do nordeste do país, região mais fortemente marcada por esses traços de atraso político. As denúncias de corrupção acabaram derrubando a Collor de Mello, que acabou sendo sucedido pela versão brasileira da conversão neoliberal da socialdemocracia, com Fernando Henrique Cardoso.

Foi o fracasso do neoliberalismo tardio de Cardoso que propiciou o favoritismo de Lula nas eleições presidenciais de 2002. A esquerda brasileira, expressa em seu partido mais forte e representativo, o PT, havia nascido com uma proposta programática geral de “socialismo democrático”, sem com isso se identificar com a social-democracia – e seu projeto de “democratização do capitalismo” -, mas buscando se diferenciar do modelo soviético. Esse modelo, que nunca foi especificado em termos políticos ou programáticos, reflete uma vontade geral de ruptura com o capitalismo.

Aos poucos o PT, nascido dos movimentos sociais de resistência à ditadura e da denúncia do caráter conservador da transição à democracia, foi se institucionalizando, ao participar sistematicamente das eleições, eleger bancadas de parlamentares e, aos poucos, prefeitos e até mesmo governadores de estado. O fracasso prematuro do processo de democratização conservadora projetou o PT precocemente para o centro da luta hegemônica. Seu projeto de radicalização da nova democracia com o aprofundamento do seu conteúdo social, através do qual pretendia fortalecer os direitos dos trabalhadores e de outros contingentes sociais postergados, incorporou modalidades de governo baseadas no orçamento participativo – a partir da pioneira experiência de Porto Alegre – e de moralidade na administração pública.

Essa plataforma não foi suficiente para resistir à avalanche representada pela versão brasileira do Consenso de Washington – o Plano Real, plano de estabilização monetária do governo Cardoso – com suas promessas de ingresso à modernidade via ajuste fiscal. Assim Cardoso foi eleito no primeiro turno das eleições presidenciais de 1994 e reeleito em 1998 – da mesma forma que o foram Menem e Fujimori -, conseguindo esconder que seu modelo econômico se esgotava e o Brasil se encontrava à beira da quebra econômica, o que se revelou um mês depois das eleições, desembocando na crise brasileira de janeiro de 1991 e no novo empréstimo do FMI, paralelamente à desvalorização da moeda brasileira.

A rejeição por mais de $\frac{3}{4}$ do eleitorado já na primeira volta das eleições presidenciais revelou o fracasso do projeto de governo de Cardoso. Seu candidato, o ex-ministro de planejamento e de saúde de seu governo e velho correligionário de Cardoso por mais de três décadas, José Serra, obteve apenas 23% dos votos. A coalizão governamental se dividiu, mais como resultado do fracasso e da impopularidade do governo do que dos métodos virulentos de imposição da candidatura de Serra – ainda que estas tenham contado. Serra representaria a retomada de um projeto de desenvolvimento, tentando – no estilo da fracassada “terceira via” de Fernando de la Rúa – compatibilizar o modelo do FMI de ajuste fiscal com o desenvolvimento econômico, ancorado na grande burguesia industrial paulista. Com isso, acabou se incompatibilizando com o partido que representa basicamente a oligarquia agrária do Nordeste – o Partido da Frente Liberal -, que se dividiu e se distanciou do candidato do governo.

Essas condições facilitaram o sucesso de Lula. Este optou por um programa de saída do neoliberalismo baseado na aliança do capital produtivo contra o especulativo. Para isso escolheu um grande empresário industrial, senador pelo segundo grande estado do país – Minas Gerais –, como candidato a vice-presidente e um programa de reativação econômica centrado na queda da taxa de juros, para incentivar o crédito ao investimento e ao consumo, gerando assim uma espiral virtuosa na economia, no estilo keynesiano clássico. Com a retomada do crescimento seria possível contemplar a reativação do mercado interno de consumo de massas, com distribuição de renda, fortalecimento do nível de emprego, elevação da renda dos trabalhadores, favorecimento das pequenas e médias empresas, extensão da reforma agrária e, com ela, da produção de alimentos para o mercado interno, reforma tributária para incentivar a produção e as exportações. Buscando evitar uma fuga ainda mais acentuada de capitais, Lula se comprometeu a cumprir os compromissos vigentes e pronunciou-se a favor do novo empréstimo do FMI, para aumentar as reservas do país, apesar de criticar os condicionamentos em relação aos limites do déficit orçamentário.

Um pósneoliberalismo à brasileira?

Nesses termos, o que significa ou pode significar a eleição de Lula para a presidência do Brasil?

Trata-se da primeira tentativa concreta de ruptura com o neoliberalismo, mesmo se o programa de Lula é de uma saída gradual da lógica neoliberal prevalecente no país durante mais de uma década. Que condições Lula, o PT e o Brasil têm para protagonizar o pós-neoliberalismo?

Contam, em primeiro lugar, com uma esquerda – nos planos social, político, institucional e cultural – com força acumulada nas décadas anteriores, como nenhum outro país do mundo pode contar. Contam além disso com uma economia menos debilitada que as dos outros países similares do continente – Argentina e México –, menos desnacionalizada, com maior capacidade de resistência, seja na produção para o mercado interno, seja na competitividade externa.

Contam também com uma crise de legitimidade do neoliberalismo no plano internacional e um esgotamento de suas políticas, de que a crise argentina é a expressão mais aguda. Seguindo o próprio exemplo do governo norte-americano, o modelo de desregulação é adaptado ou modificado, os organismos internacionais se declaram condescendentes com reestruturação das dívidas.

Contam com um desejo de modificação amplamente expresso na população brasileira e a expectativa de mudança na opinião pública internacional. No entanto, têm que se enfrentar a uma herança dramática nos planos econômico, financeiro e social. O grau de financeirização da economia brasileira representa graus de compromisso econômico imediato e de restrição das margens de ação do novo governo, muito graves. Nas condições atuais, nenhum tipo de ruptura com o FMI é possível de imediato, obrigando a duras renegociações das dívidas,

especialmente com os bancos Morgan e City Bank, principais detentores dos papéis das dívidas latino-americanas.

O governo Lula terá um primeiro ano muito difícil, pela herança que recebe. Não poderá presumivelmente contar, portanto, por muito tempo, com a lua-de-mel que certamente se instalou no país depois da sua vitória. Terá que se opor às tendências recessivas mediante o incentivo à pequena e média empresa, ao mercado interno de consumo popular, à expansão da produção alimentícia, pelo apoio à reforma agrária, para poder avançar no plano social já desde o começo do seu governo.

A baixa da taxa de juros, com que acena Lula, se enfrentará de início com a fuga de capitais e com os déficits da balança de pagamentos, que requerem a continuidade do ingresso de capitais, atraídos pelas mais altas taxas de juros reais do mundo mantidas pelo governo de Cardoso. Será um jogo difícil e instável na política cambial, entre a manutenção da estabilidade – eminentemente recessiva, nos moldes atuais – e a retomada do desenvolvimento e a expansão das políticas sociais preconizados por Lula.

De qualquer maneira, o efeito simbólico da sua eleição, por si só, constitui um marco inigualável na política brasileira e acena para a possibilidade do ingresso do país e, talvez, da América Latina, numa era pós-neoliberal. Pela sua origem social, pela sua trajetória, pelas características do seu partido e dos movimentos que o apoiam, a eleição de Lula pode ser um marco tão importante quanto aqueles enunciados no começo deste artigo, mesmo se com ambições de transformação menos pretensivas que eles.

Esta importância se dá, em primeiro lugar, porque ainda vivemos um período histórico muito desfavorável para a esquerda no continente e no plano internacional em geral. Há sinais de recuperação de movimentos sociais e cívicos de resistência, há articulações importantes como o Fórum Social Mundial, mas o de Lula seria o primeiro governo que encarnaria um programa de saída do neoliberalismo de forma articulada nos planos interno e externo. (A política econômica de Hugo Chavez, na Venezuela, não pode ser caracterizada como uma política anti-neoliberal, embora seus pronunciamentos e posições políticas internacionais inequivocamente o sejam.) Seria um passo adiante novo, num quadro ainda muito negativo, e por isso a novidade teria um destaque maior, pelo contraste com o pano-de-fundo da hegemonia quase absoluta do neoliberalismo nas duas décadas passadas.

Em segundo lugar, porque se dará num país de mais peso internacional do que Cuba, o Chile ou a Nicarágua e num marco em que a posição internacional do Brasil – por exemplo, em relação à ALCA e mesmo à crise argentina – pode ter um peso considerável.

Em terceiro, porque a retomada de mobilizações internacionais contra o neoliberalismo e a crise de legitimidade deste, geraram um espaço de liderança

que pode ser ocupado por Lula, caso consiga desenvolver uma política internacional ativa, criativa e diversificada, tendo suas ações potencializadas pela ausência de lideranças de países de certo peso que se oponham ao consenso neoliberal.

Discute-se a possibilidade do pós-neoliberalismo há algum tempo, vive-se a contradição entre a força das transformações regressivas produzidas por ele e suas consequências sociais negativas, com claros reflexos numa crise ideológica de legitimidade. Lula tem a possibilidade de inaugurar o pós-neoliberalismo e uma nova etapa histórica da esquerda na América Latina e no plano internacional, superando a crise de identidade de um país, ao mesmo tempo, idolatrado na música e nos esportes e demonizado pela sua crueldade social. O Brasil já nunca mais será o mesmo depois do governo Lula, tal a dimensão da sua vitória para o país. A cara com que o Brasil sairá da presidência de um migrante nordestino, operário da construção, líder sindical e dirigente esquerdista, é o maior teste para a esquerda nas últimas décadas, o primeiro grande desafio do novo século.